



Relatório & Contas

Consolidadas

2018

Nestlé Portugal, Unipessoal, LDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Gerência da Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas respeitantes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

De acordo com as últimas projeções estima-se que a economia global em 2018 apresente um abrandamento no ritmo de crescimento do PIB para 2.1% vs 2,8% em 2017.

Em 2018, as exportações continuam a crescer (+3.6%) se bem que no último período do ano, notou-se uma desaceleração no segundo semestre o que traduz uma maior dificuldade das empresas portuguesas em ganharem quota de mercado. De todas as formas, as exportações contribuíram com quase metade do crescimento do PIB (com 0.9 pontos percentuais).

Em Portugal a retoma económica continua a verificar-se em 2018 com o PIB como resultado das reformas estruturais dos últimos anos e ao reforço da procura privada refletindo um maior rendimento disponível assim como uma aceleração do emprego fixando-se a taxa de desemprego no final do ano abaixo 7%.

Por fim a estimativa de fecho do índice de preços ao consumidor (Inflação) prevê que se mantenha nos 1.4% conforme em 2017 em função do aquecimento da economia nacional sobretudo motivado pelo aumento da procura e do consumo privado.

Os dados macroeconómicos acima mencionados foram extraídos do relatório do Banco de Portugal publicado 18 de dezembro de 2018.

2. ACTIVIDADE DO GRUPO

2.1. Empresas incluídas no Grupo Nestlé Portugal e atividade desenvolvida.

O universo das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo integrou, em 31 de dezembro de 2018, as seguintes empresas:

	% de Participação
Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda	Casa - mãe
Pro lacto – Lacticínios de São Miguel, S.A. (primeiros 3 meses do ano)	100%
Cereal Associados Portugal, A.E.I.E.	50%

Em clima de contínua retoma económica a Nestlé Portugal mais uma vez demonstrou a capacidade de gerar resultados positivos em linha com objetivos definidos pelos seus acionistas, mantendo os níveis de qualidade dos seus produtos, garantindo a boa prestação de serviços aos seus clientes assim como reforçando a confiança dos seus consumidores

Desta forma, voltámos a demonstrar a resiliência da Nestlé Portugal enaltecendo a entrega de todas as nossas pessoas e a capacidade para, de forma contínua e sustentável, contribuir para o tecido económico e social do País.

2.2. Política de investimentos

Investimentos em Operações – O ano de 2018 viu realizarem-se níveis de investimentos sem precedentes: mais de 19 milhões de euros foram investidos nas nossas fábricas do Porto e de Avanca, como parte de um plano total de investimento, a 20 meses, de mais de 40 milhões de euros, com o objetivo de garantir a inovação dos produtos e a eficiência da produção. Na fábrica de Avanca o destaque vai para um upgrade na linha de produção de bebidas de cereais e para aumento de capacidade, bem como no apoio a conceitos inovadores em Nutrição Infantil. Na Fábrica do Porto a Nestlé aumentou sua capacidade de fabrico, com a produção do café NESCAFÉ Roast & Ground, uma novidade mundial para esta marca de café.

2.3. Performance

A Nestlé Portugal regista sólido crescimento em ano de forte partilha de valor com os portugueses.

No ano 2018 a Nestlé alcançou em Portugal umas vendas totais de 494 milhões de euros. Estes resultados foram impulsionados por um sólido crescimento em volume e por variações de preço positivas em todas as principais categorias. Café (Nespresso, Nescafé, Nescafé Dolce Gusto, Buondi e Sical), Purina Petcare, Nutrição Infantil e Confeitaria foram os negócios com maior contribuição para o crescimento orgânico da Nestlé Portugal. Temos também vindo a crescer em todos os canais, acrescentado valor aos mercados onde competimos e ganhando quota de mercado em diversas categorias.

Na base deste sucesso está, como é habitual na Nestlé, a Inovação e, em especial, todos os esforços para oferecer aos consumidores escolhas mais saborosas e saudáveis, porque é este o papel de uma Companhia como a Nestlé, que tem consigo a responsabilidade de liderar o caminho rumo à nutrição do presente e do futuro. É esta a forma de estar da Nestlé em tudo o que faz e mesmo na forma como o faz, criando as condições para que o desenvolvimento da inovação flua de forma o mais natural possível e garantindo que todos os instrumentos necessários estejam sempre ao alcance dos colaboradores.

Em conjunto, as 1766 pessoas que trabalham na Nestlé em Portugal contam com as condições necessárias a um desenvolvimento de excelência, através de investimentos contínuos nas fábricas, desenvolvimento e atualização constante de competências, criação de emprego, promoção de diversidade e de equilíbrio de género, desenvolvimento de formas de trabalho mais dinâmicas, ágeis e flexíveis, em conexão entre si – tirando partido das vantagens oferecidas pela realidade digital – e estabelecimento de parcerias com entidades externas, sobretudo empresas “start-ups” com as quais temos vindo a trabalhar e a deixar-nos desafiar.

2.4. Volume de negócios

No ano 2018 Nestlé alcançou em Portugal um volume de negócios de 494 milhões de euros, o que constitui um aumento de 10 milhões de euros vs 2017, impulsionado por conquista de quota de mercado e inovação, confirmando a tendência de crescimento e demonstrando que, com uma equipa de alta performance, conseguiu crescer dentro das principais categorias, em todos os canais e através dos principais clientes. Estes resultados foram impulsionados por um sólido

crescimento em volume e por variações de preço positivas em todas as principais categorias - Café (Nespresso, Nescafé, Nescafé Dolce Gusto, Buondi e Sical), Purina Petcare, Nutrição Infantil e Confeitaria foram os negócios com maior contribuição para o crescimento orgânico da Nestlé Portugal.

3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito da prossecução do seu objeto social e tal como aconteceu nos anos anteriores, no período de 2018 a o Grupo manteve em vigor os contratos de prestação de serviços celebrados com a sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Nestlé não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os resultados do Grupo Nestlé Portugal espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adotados durante o período e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

O resultado consolidado líquido do período, positivo, de 24.163 milhares de euros, representa um aumento de 8.988 Milhares de euros face ao do período de 2017, fruto da perda líquida registada em 2017 no montante de 7.322 referente à imparidade estimada com a venda da participação na Prolacto, Lacticínios de S. Miguel.

A venda da participação na Prolacto, Lacticínios de São Miguel ocorreu a 9 de abril de 2018.

Não ocorreram outros factos relevantes suscetíveis de alterar significativamente a situação financeira das Empresas que constituem o Grupo Nestlé em Portugal ou os resultados aqui apresentados.

Apesar de o ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, a Gerência considera não existir um efetivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo Nestlé, tendo por esse meio suporte do Grupo e do Sócio e acesso a fontes de financiamento (nomeadamente ao cash-pooling gerido pela própria Empresa) para suprir as necessidades de curto prazo sempre que tal se revelar necessário.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO

A Nestlé Portugal tem como propósito melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável, atuando em três pilares fundamentais: pessoas e famílias, comunidades e planeta. Em todas estas dimensões a qualidade dos seus produtos e serviços são prioridades não negociáveis, sendo também uma prioridade a constante inovação com vista a um portefólio mais saboroso e saudável que vá ao encontro das necessidades nutricionais dos portugueses.

Promoção do Emprego Jovem

Dentro da sua política de responsabilidade social a Nestlé tem vindo a promover a empregabilidade jovem com o seu programa Nestlé Emprego Jovem, que tem como objetivo ajudar os jovens a obter a sua primeira experiência de trabalho. Este programa criou em Portugal, entre 2014 e 2018, 1322 oportunidades para os jovens desenvolverem competências no emprego. Destes 926 foram correspondem a novos contratos e 396 a oportunidades de estágio, para desenvolvimento de competências em ambiente de trabalho.

Juntamente com empresas parceiras, a Nestlé lançou também, em 2014, a Aliança para a Juventude. Até 2018, os parceiros da Aliança em Portugal (18 empresas) geraram já mais de 70.000 oportunidades para os jovens.

Com o arranque do ano letivo 2017/18 a Nestlé Portugal iniciou um projeto inovador de “dual learning” com a Escola Profissional de Aveiro, para um programa de três anos, envolvendo 20 alunos, integrados nas fábricas de Avanca e Porto e no Centro de Distribuição de Avanca.

Promoção da Diversidade e da Inclusão

A diversidade e a inclusão há muito que fazem parte dos valores praticados pela Nestlé em Portugal, constituindo um fator de sucesso e de competitividade. A Nestlé Portugal é uma empresa inclusiva e promotora da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O universo de

colaboradores é constituído por 51% de homens e 49% de mulheres, dentro de uma população que conta com 32 nacionalidades diferentes no Grupo Nestlé em Portugal

Promovemos ativamente a nossa network interna entre os nossos reconhecidos talentos, mulheres e homens, começando desde logo pelo Comité de Direção da Nestlé em Portugal que conta já com 31% de mulheres, um número que ascende aos 46% se analisarmos todas as posições de liderança na Companhia em Portugal.

Promover formas de trabalho ágeis e flexíveis

Em Portugal, a Nestlé tem estado a levar a cabo um projeto ambicioso que tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida de todos os colaboradores, facilitando o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Este projeto, designado All Together – Campus Nestlé teve início em maio de 2018 e está em fase de desenvolvimento. All Together é sustentado em quatro pilares: Desk Sharing; Flexibility & Mobility; Digital e Workplace Transformation. A condução deste projeto tem como propósito “Estamos a transformar a Nestlé, o futuro começa comigo e contigo”, sendo mais ágeis, mais abertos e mais inovadores.

Em 2018 a Nestlé Portugal concluiu o processo de venda da sociedade Prolacto – Lacticínios de S. Miguel, S.A. à Quantum Capital Partners, uma companhia internacional de investimento baseada em Munique, na Alemanha, que adquiriu assim este negócio à Nestlé, expressando as suas intenções de alavancar a total capacidade de produção da fábrica para produzir leite em pó e desenvolver o respetivo portefólio, bem como continuar a desenvolver parcerias de negócio sustentáveis a longo prazo com os produtores de leite locais e as respetivas cooperativas, mantendo a atual força de trabalho. Sendo estas, aliás, garantias fundamentais para a Nestlé ter avançado com o processo de venda.

7. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Gerência tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. O Grupo definiu uma política de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente.

Os ajustamentos para imparidade são estimados em função das perdas estimadas na carteira de clientes e outros devedores, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto do grupo.

É de notar que o Grupo possui uma linha de crédito negociada com uma entidade relacionada (Grupo Nestlé), gerindo a sua utilização em função das necessidades de curto prazo.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os lucros do Grupo. Por sua vez, a procura está exposta a diversos fatores que contribuem para o seu carácter volátil, nomeadamente, a sofisticação ou grau de maturidade dos mercados, a estrutura concorrencial, a

quebra do ritmo de desenvolvimento económico e alterações ao nível da conjuntura económica, bem como a apresentação no mercado de formas alternativas de disponibilização dos serviços fornecidos.

O Grupo encontra-se exposto a este risco na medida em que os mercados nos quais desenvolve a sua principal atividade se encontram bastante expostos às flutuações nos orçamentos familiares.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do período, que ascende a 24.163 milhares de Euros seja transferido para Resultados Transitados.

9. NOTA FINAL

A Gerência agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade do Grupo, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Gerência expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no período findo.

Linda-a-Velha, 21 maio de 2019

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Jacques Alexandre Reber

Paolo Fagnoni

Carla Duarte Parreira

Jorge Olalde Betoño

Luis Filipe Cardoso Rodrigues

Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	21	494 454 435	484 451 576
Subsídios à exploração	22	-	111 321
Variação nos inventários da produção	13	(629 347)	1 183 124
Trabalhos para a própria entidade	6/8	961 244	456 043
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(245 638 768)	(242 560 194)
Fornecimentos e serviços externos	23	(126 625 757)	(127 091 921)
Gastos com o pessoal	24	(72 108 578)	(70 845 484)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	13	93 826	(153 414)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	(473 041)	(270 773)
Provisões (aumentos / reduções)	17	(1 019 254)	(1 735 792)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	7	656 151	(9 961 891)
Outros rendimentos	25	7 431 420	8 445 335
Outros gastos	26	(8 676 220)	(8 390 946)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 426 109	33 636 984
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	27	(12 874 388)	(13 262 869)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	6	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		35 551 722	20 374 115
Juros e rendimentos similares obtidos	28	259	939
Juros e gastos similares suportados	28	(194 092)	(260 477)
Resultado antes de impostos		35 357 889	20 114 577
Imposto sobre o rendimento do período	12	(11 194 981)	(4 939 315)
Resultado líquido do período		24 162 908	15 175 262

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Linda-a-Velha, 21 de maio 2019

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

A Gerência
Jacques Alexandre Reber
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA

CONSOLIDADO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	99 403 672	92 564 080
Goodwill	8	299 405	449 107
Ativos intangíveis	8	365 791	393 429
Outros Investimentos financeiros	9	173 603	12 502
Clientes	10	628 791	835 624
Diferimentos	11	13 664 952	13 948 435
Ativos por impostos diferidos	12	2 387 189	5 082 342
Total do activo não corrente		116 923 402	113 285 520
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	31 563 592	34 219 692
Clientes	10	80 487 505	79 455 890
Estado e outros entes públicos	14	-	-
Outros créditos a receber	10	3 461 136	2 119 252
Diferimentos	11	9 466 954	8 036 023
Ativos financeiros detidos para negociação	15	19 358	17 815
Ativos não correntes detidos para venda	7	-	6 525 947
Caixa e depósitos bancários	5	1 766 647	2 729 589
Total do ativo corrente		126 765 193	133 104 207
Total do ativo		243 688 595	246 389 727
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	16	30 000 000	30 000 000
Prémios de emissão	16	13 732 757	13 732 757
Reservas legais	16	6 000 000	6 000 000
Outras reservas	16	(18 200)	(31 704)
Resultados transitados	16	16 566 124	17 941 370
Excedentes de revalorização	16	5 781 631	6 878 475
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	(3 775 006)	(3 485 730)
Resultado líquido do período		68 287 306	71 035 168
Total do capital próprio		92 450 214	86 210 430
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	2 899 881	3 543 460
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	4 297 292	3 498 257
Passivos por impostos diferidos	12	2 997 526	3 135 338
Outras dívidas a pagar	19	312 670	898 373
Total do passivo não corrente		10 507 370	11 075 429
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	77 237 876	73 496 511
Estado e outros entes públicos	14	14 979 046	13 035 522
Financiamentos obtidos	5 / 20	19 569 684	32 427 629
Outras dívidas a pagar	19	28 919 643	27 317 457
Passivos financeiros detidos para negociação	15	24 761	300 801
Passivos não correntes detidos para venda	7	-	2 525 947
Total do passivo corrente		140 731 010	149 103 868
Total do passivo		151 238 380	160 179 297
Total do capital próprio e do passivo		243 688 595	246 389 727

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018.

Linda-a-Velha, 21 de maio 2019

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

A Gerência
Jacques Alexandre Reber
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLE PORTUGAL, UNIPessoal, LDA
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2018	30 000 000	13 732 757	6 000 000	(31 704)	17 941 370	6 876 475	(3 485 730)	15 175 262	66 210 430
Alterações no período:									
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	(4 959)	-	9 977	160 260	-	165 368
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	18 373	949 491	(1 106 821)	(449 535)	-	(588 491)
	30 000 000	13 732 757	6 000 000	(18 200)	18 890 861	5 781 631	(3 775 005)	15 175 262	85 787 307
Resultado líquido do período								24 162 908	24 162 908
Resultado integral								39 338 170	109 950 215
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições	-	-	-	-	(17 500 000)	-	-	-	(17 500 000)
Outras operações (Resultado Líquido 2017)	-	-	-	-	15 175 262	-	-	(15 175 262)	-
	-	-	-	-	(2 324 738)	-	-	(15 175 262)	(17 500 000)
Posição no fim do período 2018	30 000 000	13 732 757	6 000 000	(18 200)	16 566 124	5 781 631	(3 775 005)	24 162 908	92 450 216

Linda-a-Velha, 21 de maio 2019

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

A Gerência
Jacques Alexandre Reber
Paolo Fagnoni
Celina Duarte Pereira
Jorge Olalde Beteño
Luís Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA

CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 099)	21 940 613	6 871 515	(6 322 783)	20 999 151	93 212 154
Alterações no período:									
Ajustamentos por impostos diferidos	16	-	-	8150	-	6 960	(1 006 324)	-	(991 214)
Outras alterações reconhecidas no capital próp	16	-	-	(30 754)	1 606	-	3 843 377	-	3 814 229
		13 732 757	6 000 000	(31 704)	21 942 219	6 878 475	(3 485 730)	20 999 151	96 035 168,29
Resultado líquido do período								15 175 262	15 175 262
Resultado integral								36 174 413	111 210 430
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições	16	-	-	-	(25 000 000)	-	-	-	(25 000 000)
Outras operações	16	-	-	-	20 999 151	-	-	(20 999 151)	-
		-	-	-	(4 000 849)	-	-	(20 999 151)	(25 000 000)
Posição no fim do período 2017		13 732 757	6 000 000	(31 704)	17 941 370	6 878 475	(3 485 730)	15 175 262	86 210 430

Linda-a-Velha, 10 de maio 2018

O Contabilista Certificado

Jorge Manuel Carvalho Pinho

A Gerência

Jacques Alexandre Reber
 Paolo Fagnoni
 Carla Duarte Parreira
 Jorge Olalde Betoño
 Luis Filipe Cardoso Rodrigues
 Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, UNIPessoal, LDA

CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		472 233 063	491 374 204
Pagamentos a fornecedores		(345 247 824)	(372 875 202)
Pagamentos ao pessoal		(74 482 518)	(72 258 238)
Caixa gerada pelas operações		52 502 722	46 240 764
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(8 415 414)	(10 913 554)
Outros recebimentos / pagamentos		698 577	(395 687)
Fluxos das atividades operacionais [1]		44 785 881	34 931 523
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(19 208 376)	(12 721 546)
Ativos intangíveis		-	(125 210)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		71 538	255 305
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		3 939 922	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		259	939
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(15 196 657)	(12 590 512)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(194 223)	(261 601)
Dividendos	16	(17 500 000)	(25 000 000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(17 694 223)	(25 261 601)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		11 895 001	(2 920 590)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	(29 698 038)	(26 777 448)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	(17 803 036)	(29 698 038)

Linda-a-Velha, 21 de maio de 2019

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

A Gerência
Jacques Alexandre Reber
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA

Consolidado

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda, ("Nestlé Portugal" ou "Empresa/Sociedade") é uma sociedade por quotas e deriva da transformação da Nestlé Portugal, S.A., para uma sociedade por quotas Unipessoal. Constituída em Avanca em 10 de março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como atividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras da Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerência, na reunião de 21 de maio de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação por deliberação do Sócio único, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda, incluem as contas da subsidiária Prolacto – Lactícios de S.Miguel, S.A. referente ao período de janeiro a março de 2018 em que pertenceu ao Grupo em que participava no respetivo capital social (100%) exercendo o controlo da sua gestão, a qual foi englobada pelo método da consolidação integral de acordo com a NCRF 15. O agrupamento Cereal Associados Portugal A.E.I.E. detido em 50% foi englobado pelo método de consolidação proporcional de acordo com a NCRF 13.

Para as sociedades englobadas na consolidação, procede-se à eliminação dos saldos e das transações significativas (com os correspondentes rendimentos e gastos) entre as empresas consolidantes (na respetiva proporção em que as mesmas são consolidadas).

As participações que não são objeto de consolidação pelo método integral, equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, estão contabilizadas ao Custo.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não existem outras contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 4.3.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Com exceção do mencionado nos parágrafos seguintes, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, o Grupo decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efetuadas a todas as instalações com exceção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta a antiguidade e o processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os ativos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. O Grupo deprecia os seus ativos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa do Grupo.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edifícios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

4.2.2. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.2.3. Ativos intangíveis

O Grupo reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Grupo e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incursos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efetivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intangíveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

4.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.5. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e Goodwill

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill. A amortização desse goodwill conforme alteração dada pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho é agora permitida e o Grupo amortizará o Goodwill gerado pela aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

4.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato o Grupo verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adotado pelo Grupo é o custo médio.

4.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e, consequentemente, deduzidos às dívidas de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

4.2.8. Contabilidade de Cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transação e que são atribuídos diretamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o início da cobertura e nos períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospetiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospectiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pelo Grupo no período de 2017 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados do período.

O Grupo possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. O Grupo avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, o Grupo tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam

as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros.

O Grupo interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou o Grupo revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transação prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que o Grupo não espera que a transação prevista se vá concretizar.

4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação; e,
- Possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregado de 22,5%.

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 é sujeito a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 9% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos

por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Nestlé Portugal alienou a participação que detinha na Prolacto, Lacticínios de Portugal, S.A. o que provocou o fim da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

4.2.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

4.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

4.2.13. Diferimentos/Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo / periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

4.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

O Grupo constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de formação ou deslocar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem. Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

4.2.15. Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

O Grupo reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Plano pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de benefícios pós-emprego (planos de pensões) existentes no Grupo correspondiam, até 31 de dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em vigor, de que são beneficiários os trabalhadores ativos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.

O Grupo alterou (para os colaboradores ativos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida com rendimento mínimo garantido à data de 1 de janeiro de 2011.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

O Grupo reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, a Empresa tem constituído um Fundo de Pensões em conjunto com as restantes empresas do Grupo, gerido por uma entidade externa e independente (BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos atuariais, efetuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos atuariais de base à avaliação das responsabilidades do Grupo com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de atualização:

- Uma rentabilidade real de longo prazo de 5,00%,
- Uma taxa de crescimento dos salários de 2,00% até à idade de reforma
- Uma taxa de crescimento das pensões de 1,00% em 2016 e nos anos seguintes

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

4.2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

4.2.17. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo divulga o respetivo passivo contingente.

4.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao Grupo sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

4.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados

pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.3.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do ativo. O Grupo faz uma revisão à vida útil ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Ativos fixos intangíveis

O Grupo avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. O Grupo faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

4.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

4.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

4.3.4. Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

4.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efetuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da faturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do ano seguinte.

4.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários

face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

4.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

5 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

5.1 A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

5.2 Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalham-se no mapa seguinte:

ATIVOS FINANCEIROS	2018			2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	326 489	-	326 489	581 887	-	581 887
Depósitos Bancários: Imediatamente Mobilizáveis						
Santander Totta	328 775	-	328 776	997 524	-	997 524
BPI	312 070	-	312 070	824 459	-	824 459
Deutsche Bank		-		177 850	-	177 850
Cash Pooling c/ Nestlé Espana (ver Nota 30)	799 313	-	799 313	147 869	-	147 869
	<u>1 766 647</u>		<u>1 766 648</u>	<u>2 729 589</u>		<u>2 729 589</u>
Descobertos Bancários:						
Santander Totta						
Cash Pooling c/ Nestlé Espana (ver Nota 30)	(19 569 684)	-	(19 569 684)	(32 427 629)	-	(32 427 629)
	<u>(19 569 684)</u>		<u>(19 569 684)</u>	<u>(32 427 629)</u>		<u>(32 427 629)</u>
	<u>(17 803 036)</u>		<u>(17 803 037)</u>	<u>(29 698 040)</u>		<u>(29 698 040)</u>

A conta do Santander Totta funciona por *Cash Pooling* diário com a Nestlé Espanha, o seu saldo está diretamente relacionado com o *timing* dos movimentos de compensação para Clientes em dezembro de 2018.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	12 950 600	64 473 526	104 786 702	1 204 814	23 872 056	50 590 018	868 625	258 746 341
Aquisições	-	2 169 288	2 612 949	4 339	1 370 613	6 325 187	7 492 672	19 975 047
Alienações	(142 087)	(560 776)	(217 953)	-	(3 320)	(517 487)	-	(1 441 623)
Transferências	-	160 231	33 897	938	330 645	521 969	(729 798)	317 882
Abates	-	(992 568)	(1 772 137)	(1 022 065)	(1 827 483)	(1 914 283)	-	(7 528 536)
Outras variações	-	-	-	-	-	(3 215)	-	(3 215)
Saldo final	12 808 513	65 249 701	105 443 458	188 026	23 742 512	55 002 188	7 631 499	270 065 897
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10 126	44 986 217	68 064 884	1 204 108	19 072 850	32 844 077	-	166 182 261
Depreciações do período	-	1 312 447	3 896 258	1 028	1 764 373	5 682 082	-	12 656 188
Alienações	-	(560 776)	(217 618)	-	(3 320)	(471 107)	-	(1 252 820)
Transferências	12 449	-	(12 449)	-	317 882	-	-	317 882
Abates	-	(775 055)	(1 745 609)	(1 022 065)	(1 817 821)	(1 880 737)	-	(7 241 287)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	22 575	44 962 833	69 985 467	183 071	19 333 964	36 174 315	-	170 662 224
Ativos líquidos	12 785 938	20 286 868	35 457 991	4 955	4 408 548	18 827 873	7 631 499	99 403 672
2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	14 801 600	71 976 440	135 894 838	1 350 832	29 408 944	45 543 684	1 194 699	300 171 037
Aquisições	-	2 592 219	2 447 891	-	961 232	6 939 558	905 602	13 846 501
Alienações	-	-	(199 204)	-	(508 626)	(285 235)	-	(993 065)
Transferências	-	147 455	106 347	-	335 448	603 686	(1 193 315)	(378)
Abates	-	(1 847 122)	(16 967 628)	(145 287)	(5 564 469)	(2 201 894)	-	(26 726 401)
Outras variações	(1 851 000)	(8 395 466)	(16 495 542)	(731)	(760 473)	(9 781)	(38 361)	(27 551 354)
Saldo final	12 950 600	64 473 526	104 786 702	1 204 814	23 872 056	50 590 018	868 625	258 746 341
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10 126	52 722 820	90 352 381	1 349 067	23 683 013	30 213 359	-	198 330 766
Amortizações do exercício	-	1 538 196	4 510 861	1 059	1 959 505	5 035 329	-	13 044 949
Alienações	-	-	(199 204)	-	(342 499)	(249 735)	-	(791 438)
Transferências	-	-	-	-	-	(378)	-	(378)
Abates	-	(1 724 472)	(16 966 554)	(145 287)	(5 519 422)	(2 144 717)	-	(26 500 452)
Outras variações	-	(7 550 327)	(9 632 600)	(731)	(707 747)	(9 781)	-	(17 901 186)
Saldo final	10 126	44 986 217	68 064 884	1 204 108	19 072 850	32 844 077	-	166 182 261
Ativos líquidos	12 940 474	19 487 309	36 721 818	706	4 799 206	17 745 941	868 625	92 564 080

As aquisições do ano estão essencialmente relacionadas com o investimento realizado na fábrica de Avanca, no total de 8.762.000 euros, em novas linhas de produção (em curso) bem como em equipamentos que visam melhorar as linhas de produção desta unidade fabril. No Centro de Distribuição de Avanca está a ser alvo de trabalhos de aumento e modernização das instalações existentes e cujo investimento neste período foi de cerca de 2.275.488 euros. Na área comercial foram investidos cerca de 6.713.000 euros em equipamentos para o negócio de R&G e para a Nespresso.

Os abates incluem, maioritariamente equipamentos do negócio de R&G cuja vida útil já foi esgotada, sendo estes na sua maioria substituídos por equipamentos novos, bem como antigos equipamentos de fábrica já totalmente depreciados.

As depreciações do período, no montante de 12.656.188 euros (2017: 12.293.071 euros), foram registadas em Gastos de depreciação e amortização (ver nota 27).

A 31 de Dezembro de 2018 os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis ascendem a 7.631.499 euros, derivado dos investimentos em curso na fábrica de Avanca em novas linhas de produção (2017: 868.625 euros), apresentados na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso.

Os principais Ativos fixos tangíveis em curso referem-se a equipamentos fabris nas nossas instalações, bem como a equipamentos informáticos de substituição pendentes de colocar em colaboradores e equipamentos a serem colocados nos nossos clientes.

No decorrer do período de 2018, o valor dos gastos incorridos com ativos fixos tangíveis foi de 3.660.706 euros (2017: 2.911.687 euros), estando incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (conservação e reparação) da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados gastos com pessoal na construção de ativos fixos tangíveis, reconhecidos como trabalhos para a própria entidade no montante de 961.244 euros (2017: 456.043 euros).

Durante o período não foram capitalizados nesta rubrica investimentos de carácter ambiental (2017: 30.000 euros).

Os Terrenos encontram-se mensurados ao custo considerado na data de transição para o SNC (ver nota 16 referente aos Excedentes de Revalorização).

Adicionalmente, os ativos fixos tangíveis incluem:

- Revalorizações efetuadas, antes da data de transição para o SNC, ao abrigo de diplomas legais no montante líquido de 5.146.029 euros; e,
- O custo considerado (na transição para o SNC) dos ativos totalmente depreciados em POC, no montante de 3.955.067 euros líquido de depreciações.

Ambos estes montantes se encontram registados em resultados transitados, sendo que o seu valor não está disponível para distribuição aos acionistas (ver nota 16).

7 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A Nestlé Portugal, S.A. alienou no dia 9 de abril de 2018 a participação que detinha de 100% do capital da sociedade Prolacto – Lacticínios de S. Miguel, S.A. à sociedade Prolacto Holding GMBH registada na Alemanha, sendo esta um veículo do Grupo Quantum Opportunity Fund I GMBH & Co.KG, também sediado na Alemanha.

Em 2017, a Nestlé registou a potencial perda de imparidade relativamente à estimativa de venda que detinha na altura, desta forma o impacto do resultado da venda da participação ficou refletido já no período de 2017 e a reconciliação é a seguinte:

Demonstração do resultado com a venda da Prolacto

Valor participação 01/01/2018	13 028 716
imparidade estimada em 2017	-9 961 891
resultado 1º Q 2018	-62 266
Financiamentos obtidos não transmitidos "Cash Pooling"	60 078
Responsabilidade Fundo de Pensões com os reformados Prolacto	224 774
diferença estimativa IRC Prolacto	54 437
Valor Venda	-4 000 000
Reversão da imparidade 2018	-656 151

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2018						
	Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	748 512	26 614 023	516 484	139 389	-	28 018 408
Aquisições	-	-	-	40 859	-	40 859
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	748 512	26 614 023	516 484	180 248		28 059 267
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	299 405	26 412 295	453 066	11 106	-	27 175 872
Amortizações do período	149 702	50 432	6 680	11 385	-	218 200
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	449 107	26 462 727	459 746	22 491	-	27 394 072
Ativos líquidos	299 405	151 296	56 738	157 757	-	665 196

2017							
	Goodwill	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	748 512	-	26 361 863	516 484	101 195	126 950	27 855 004
Aquisições	-	-	125 210	-	38 194	-	163 404
Transferências	-	-	126 950	-	-	(126 950)	-
Saldo final	748 512	-	26 614 023	516 484	139 389	-	28 018 408
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	149 702	-	26 361 863	446 386	-	-	26 957 951
Amortizações do período	149 702	-	50 432	6 680	11 106	-	217 920
Saldo final	299 405	-	26 412 295	453 066	11 106	-	27 175 872
Ativos líquidos	449 107	-	201 728	63 418	128 283	-	842 536

As amortizações do período foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização, no montante de 218.200 euros (ver nota 27). A Nestlé Portugal amortiza o Goodwill referente à aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos (149.702 euros/ano).

A rubrica de Outros Ativos intangíveis inclui a atribuição de licenças de CO₂ no total de 5.279 toneladas em 2018 e 6.251 toneladas em 2017. Estas atribuições encontram-se valorizadas a 7,74 EUR por tonelada em 2018 e a 6,11 EUR por tonelada em 2017.

No período de 2018 a Empresa emitiu 1.506 toneladas de CO₂ (2017: 1.469 toneladas).

Vidas úteis

A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos. Na rubrica “outros ativos intangíveis” está registada a licença referente à emissão de CO₂ que é amortizada de acordo com os consumos efetivos dessas emissões. A amortização deste ativo, registada na rubrica de Gastos de depreciação e de amortização, é acompanhada pelo respetivo rendimento registado em “Outros rendimentos e ganhos”. A vida útil do Goodwill foi estimada em 5 anos.

9 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o movimento ocorrido na rubrica “Outros investimentos financeiros”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2018		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	12 502	12 502
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Dividendos	-	-
Efeito da aplicação do Método da equiv. Patrimonial		
- Efeito em resultados	-	-
- Efeito em capital próprio	-	-
Outros investimentos financeiros		
Fundo compensação Segurança Social	161 101	161 101
Outras variações	-	-
Saldo final	173 603	173 603
2017		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	12 502	12 502
Activos líquidos	12 502	12 502

10 ATIVOS FINANCEIROS

Meios Financeiros líquidos

Os meios financeiros líquidos encontram-se detalhados na nota 5.

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as contas a receber do Grupo apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	628 791	-	628 791	835 624	-	835 624
	628 791	-	628 791	835 624	-	835 624
Correntes:						
Clientes	84 412 999	(3 925 494)	80 487 505	85 230 880	(5 774 990)	79 455 890
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	3 461 136	-	3 461 136	2 119 252	-	2 119 252
	87 874 135	(3 925 494)	83 948 641	87 350 132	(5 774 990)	81 575 142
	88 502 927	(3 925 494)	84 577 432	88 185 756	(5 774 990)	82 410 766

As quantias registadas em “Clientes” (correntes e não correntes) estão deduzidas das estimativas de *rappel*, bônus e outros descontos comerciais a conceder aos clientes (TTS – “Total Trade Spend”), no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com estes, no montante de 23.377.924 euros (2017: 21.577.416 euros).

O aumento desta rubrica é reflexo da redução da imparidade de clientes assim como o aumento de atividade da empresa. De igual modo, face aos investimentos a realizar nas nossas fábricas a rubrica de adiantamentos a fornecedores impactou no aumento.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Transferências	Utilização	Reversões	Saldo Final
Clientes Gerais						
Clientes Tribunal	5 263 514	394 692	116 908	(2 360 017)	(157 056)	3 258 041
Clientes em Mora	511 476	541 726	(116 908)	37 481	(306 321)	667 455
	5 774 990	936 418	-	(2 322 536)	(463 377)	3 925 495

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Cientes c/c e não corrente:	80.229.748	146.147	111.609	4.554.286	85.041.790
	80.229.748	146.147	111.609	4.554.286	85.041.790

11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas do ativo corrente e não corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Não correntes:		
"Comparticipações publicitárias"	13 309 220	13 493 888
Outros	355 732	454 547
	13 664 952	13 948 435
Correntes		
"Comparticipações publicitárias"	9 181 504	7 773 679
Outros	285 450	262 344
	9 466 954	8 036 023
	23 131 905	21 984 457

Cerca de 97% desta rubrica respeita ao diferimento das participações publicitárias pré-pagas aos clientes.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com a alienação da participação que detinha na Prolacto a Nestlé Portugal deixou de ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades.

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	8 460 886	8 325 990
	<u>8 460 886</u>	<u>8 325 990</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	2 734 095	(3 386 674)
	<u>2 734 095</u>	<u>(3 386 674)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>11 194 981</u>	<u>4 939 315</u>

A reconciliação do imposto apresenta-se como segue:

	2018	2017
Resultado Antes de Impostos	35 357 889	20 114 571
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 21%	7 425 157	4 224 060
Diferenças permanentes:		
Impostos	(3 703)	(35 912)
Ativos tangíveis	-	-
Benefícios fiscais	(154 142)	(96 888)
Eliminação Dupla Tributação económica	-	-
Outros	160 028	19 454
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	56 191	(56 437)
Alienação Participação Financeira	2 091 997	(2 091 997)
Ativos tangíveis	(576 920)	482 771
Imparidades e Provisões	112 795	136 444
Outros	-	(40 462)
	9 111 402	2 541 033
Derrama, Derrama estadual e Tributação autónoma	2 083 579	2 398 283
Imposto corrente do período	11 194 981	4 939 315
Taxa Efectiva	31,66%	24,56%

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2018	2017	2018	2017
Provisões não consideradas fiscalmente	455 262	631 921	-	-
Benefícios de reforma (Pensões)	1 138 782	904 490	-	-
Ativos tangíveis	-	-	(1 113 982)	(1 165 972)
Outros passivos	303 570	424 705	-	-
Revalorizações de Ativos tangíveis	-	-	(1 798 345)	(1 879 376)
Mais Valias diferidas	-	-	(85 199)	(89 990)
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidades em clientes	202 208	193 959	-	-
Ativos fixos tangíveis	287 366	287 366	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	2 639 901	-	-
	2 387 189	5 082 342	(2 997 526)	(3 135 338)

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi como se segue:

	2018		2017	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	5 082 342	(3 135 338)	3 299 317	(3 764 628)
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	(176 659)	-	133 123	-
Benefícios de reforma (Pensões)	234 292	-	(75 878)	-
Gastos diferidos fiscalmente	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	(73 560)	-	64 327	480 859
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Ativos tangíveis	-	117 879	(17 027)	133 015
Participações financeiras	-	-	-	-
Outros passivos	(47 576)	-	8 672	-
Revalorizações de Ativos tangíveis	-	5 164	-	4 177
Mais Valias Diferidas	-	4 792	-	5 466
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidades em clientes	8 250	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	(2 639 901)	-	2 639 901	-
	(2 695 154)	127 835	2 753 117	623 516
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	-	-	(978 242)	-
Derivados	-	-	8 150	-
Excedentes reavaliação	-	9 977	-	5 774
	-	9 977	(970 092)	5 774
Saldo final	2 387 189	(2 997 526)	5 082 342	(3 135 338)

O saldo dos passivos por impostos diferidos já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efetuada na rubrica de ativos fixos tangíveis "terrenos", e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, cujos montantes atuais são respetivamente de 1.798.345 euros e de 1.048.093 euros (Ver Nota 16).

13 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2018			2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	17 441 674		17 441 674	18 211 135	-	18 211 135
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	8 051 603		8 051 603	10 057 732	-	10 057 732
Produtos acabados e intermédios	5 619 267	(59 588)	5 559 679	5 607 419	(153 414)	5 454 005
Produtos e trabalhos em curso	510 636	-	510 636	496 819	-	496 819
	<u>31 623 180</u>	<u>(59 588)</u>	<u>31 563 592</u>	<u>34 373 105</u>	<u>(153 414)</u>	<u>34 219 692</u>

O decréscimo na rubrica de Matérias primas, deveu-se à otimização da implementação na Fábrica do Porto do processo de compra de café verde FOB. Na Fábrica de Avanca verificou-se também uma redução de Matérias primas por uma melhor gestão da categoria de Leite em pó.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	18 211 135	10 057 732	28 268 868
Compras	170 873 589	82 561 719	253 435 309
Regularizações	(10 532 678)	(39 454)	(10 572 132)
Saldo final	(17 441 674)	(8 051 603)	(25 493 277)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>161 110 374</u>	<u>84 528 394</u>	<u>245 638 768</u>

	2017		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	17 700 853	3 638 346	21 339 199
Compras	152 457 797	103 404 935	255 862 732
Regularizações	(8 782 176)	2 409 306	(6 372 869)
Saldo final	(18 211 135)	(10 057 732)	(28 268 868)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>143 165 338</u>	<u>99 394 855</u>	<u>242 560 194</u>

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes, a mercadoria deteriorada e ao stock da Prolacto que foi transferido.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(5 607 419)	(496 819)	(6 104 238)
Regularizações	(660 143)	5 130	(655 013)
Saldo final	5 619 267	510 636	6 129 903
Variação dos inventários da produção	(648 294)	18 947	(629 347)

	2017		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(6 904 360)	(429 573)	(7 333 933)
Regularizações	2 378 968	33 851	2 412 819
Saldo final	5 607 419	496 819	6 104 238
Variação dos inventários da produção	1 082 027	101 097	1 183 124

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes, a produtos deteriorados e ao stock da Prolacto que foi transferido.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(7 739 253)	-	(7 241 313)
Estimativa de imposto (Ver Nota 12)	-	8 460 886	-	8 236 039
Retenção na Fonte	-	(19 015)	-	(20 397)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	781 454	-	829 530
Imposto sobre o valor acrescentado	-	11 754 985	-	9 463 142
Contribuições para a Segurança Social	-	1 236 802	-	1 163 329
Outros Impostos	-	503 188	-	605 197
	-	14 979 046	-	13 035 527

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescentado (IVA) no valor de 11.754.985 Euros. Este valor é referente ao IVA de novembro e dezembro pago, respetivamente em janeiro e fevereiro de 2019.

15 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Derivados - Potencialmente favoráveis	19 358	17 815
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	(24 761)	(300 801)
	<u>(5 403)</u>	<u>(282 987)</u>

Estes ativos e passivos estão relacionados com os mencionados na Nota 16 em "Outras Reservas".

16 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota de 30.000.000 euros.

CAPITAL

	2018	2017
Capital		
Valor nominal	30 000 000	30 000 000
Prémios / descontos	13 732 757	13 732 757
	<u>43 732 757</u>	<u>43 732 757</u>

A 28 de dezembro de 2018, a Nestlé Portugal, S.A. foi transformada numa sociedade por quotas, unipessoal, doravante designada Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018 a reserva legal ascendia a 6.000.000 euros.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2017	(337 793)	325 413	3 281	(9 099)
CFH reserve -Commercial (NTC	-	(368 547)	-	(368 547)
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	337 793	-	-	337 793
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	8 150	8 150
Quantia em 31-12-2017	-	(43 135)	11 431	(31 704)
CFH reserve -Commercial (NTC	-	18 373	-	18 373
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	-	-	-	-
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	(4 869)	(4 869)
Quantia em 31-12-2018	-	(24 761)	6 562	(18 200)

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

A coluna de "Outras" corresponde ao imposto diferido calculado sobre as referidas reservas.

Resultados transitados

Resultados transitados

A variação em 2018 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 15.175.255 euros;
- Distribuição de dividendos de 17.500.000 euros;
- Reclassificação entre rubricas de Capitais referente aos ajustamentos derivados da Prolacto, no montante de 949.491 euros.

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes (líquidos de depreciação) de 5.146.029 euros e de 3.955.067 euros referentes a reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas e o montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

Distribuições

Em 2018 foram atribuídos aos acionistas, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 12 de dezembro de 2018, dividendos no montante de 17.500.000 euros (72,92 euros por ação). O seu pagamento ocorreu em dezembro de 2018.

Excedentes de Revalorização (Terrenos)

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	8 956 464	(2 077 989)	6 878 475
Outros movimentos	(1 376 488)	279 644	(1 096 844)
Saldo no final do período	<u>7 579 976</u>	<u>(1 798 345)</u>	<u>5 781 631</u>

O montante de 7.579.976 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuição.

O montante de 1.376.488 bem como o imposto diferido corresponde foram reclassificados para resultados transitados no montante líquido de 949.491 euros.

Ajustamento e Outras variações no capital próprio

A rubrica de Ajustamentos e Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	(3 485 730)	(6 322 783)
Ganhos e perdas actuariais	(647 718)	3 832 746
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	171 645	(1 010 027)
Subsidio investimento		(16 457)
Imp diferido subsidio investimento		3 703
Transferencias de consolidação	157 323	
Licença de Co2:		
Ajustamentos de Transição		
Atribuição	40 859	38 194
Utilização	(11 385)	(11 106)
Saldo final	<u>(3 775 006)</u>	<u>(3 485 730)</u>

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas actuariais, as licenças de CO2 e o respetivo imposto diferido.

17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Passagem do tempo	Utilizações	
Impostos	1 111 075	-	-	-	-	1 111 075
Processos judiciais em curso	27 054	-	(27 054)	-	-	-
Matérias ambientais	50 000	-	-	-	-	50 000
Contratos Onerosos	-	-	-	-	-	-
Reestruturações	1 662 833	890 099	-	-	(1 662 833)	890 099
Outras provisões	692 498	385 224	(229 014)	-	-	848 708
	<u>3 543 460</u>	<u>1 275 323</u>	<u>(256 068)</u>	<u>-</u>	<u>(1 662 833)</u>	<u>2 899 881</u>

	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Passagem do tempo	Utilizações	
Impostos	1 111 075	-	-	-	-	1 111 075
Processos judiciais em curso	66 842	-	(39 788)	-	-	27 054
Matérias ambientais	-	50 000	-	-	-	50 000
Contratos Onerosos	40 000	-	(40 000)	-	-	-
Reestruturações	1 252 509	1 662 833	-	-	(1 252 509)	1 662 833
Outras provisões	589 750	141 916	(39 168)	-	-	692 498
	<u>3 060 176</u>	<u>1 854 748</u>	<u>(118 956)</u>	<u>-</u>	<u>(1 252 509)</u>	<u>3 543 460</u>

A provisão para Impostos refere-se à melhor estimativa da empresa sobre o possível dispêndio com os processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão para Processos Judiciais registra a nossa melhor estimativa relativa a obrigações presentes referentes a processos judiciais em curso.

À data de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 não existem passivos nem ativos contingentes.

O Fundo de Pensões do Grupo Nestlé é desde o dia 1 de janeiro de 2011 um fundo misto, sendo composto, por uma componente de Contribuição Definida com rentabilidade mínima garantida (para os colaboradores ativos da empresa) e outra de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS (em percentagem)

	2018	2017
Taxa de desconto	1,50%	1,25%
Retorno esperado dos activos do plano	3,00%	5,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	2,00%	2,00%

RESULTADOS

	2018	2017
Custo dos serviços correntes	2 205 550	2 172 727
Contribuições empregados	(527 282)	(499 036)
Custo de juros	542 190	463 397
Retorno esperado dos ativos do plano	(513 828)	(402 070)
Gastos administrativos		35 277
Total de gastos	1 706 629	1 770 296

Os totais de gastos do período encontram-se explicados na nota 24 (gastos com pessoal)

As responsabilidades do fundo bem como a composição dos ativos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(43 066 708)	(45 832 519)
Justo valor dos ativos do fundo	38 995 225	42 393 279
	(4 071 483)	(3 439 240)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(225 809)	(262 715)
Passivos detidos para venda (responsabilidade Prolacto)		203 698
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	(4 297 292)	(3 498 257)

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2018	2017
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	45 832 520	47 649 003
Transferência reformados Prolacto	(522 571)	
Custo dos serviços correntes	2 215 404	2 172 727
Custo de juros	548 169	463 397
(Ganhos)/perdas actuariais (Ver Nota 16)	(1 872 905)	-1 833 983
Benefícios pagos	(3 133 907)	(2 618 624)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	43 066 708	45 832 520

MOVIMENTOS ATIVOS DO FUNDO

	2018	2017
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	42 393 279	40 386 233
Transferência ativos Prolacto	(527 297)	
Contribuição dos empregados	528 219	499 036
Retorno esperado dos ativos	519 176	402 070
Ganhos/(perdas) actuariais (Ver Nota 16)	(2 529 920)	1 998 763
Contribuições para o fundo	1 745 674	1 761 079
Benefícios pagos	(3 133 907)	(2 618 624)
Gastos administrativos		(35 277)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	38 995 225	42 393 279

A provisão para benefícios de Pré-reforma inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

ANALISE DE SENSIBILIDADE À:

Taxa de desconto (+/-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	24 712 917	-4,80%	28 166 811	8,50%
Benefício Defenido	16 265 248	-5,00%	18 046 119	5,40%
Total	40 978 165	-4,80%	46 212 930	7,30%

Taxa aumento salarial (+/-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	26 755 006	3,10%	25 208 854	-2,90%
Benefício Defenido	17 116 379	0,00%	17 116 379	0,00%
Total	43 871 385	1,90%	42 325 233	-1,70%

Taxa aumento pensões (+/-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	25 950 329	0,00%	25 950 329	0,00%
Benefício Defenido	18 092 323	5,70%	16 215 354	-5,30%
Total	44 042 652	2,20%	42 165 683	-2,10%

19 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Não Correntes		
Outras dívidas a pagar	312 670	898 373
	<u>312 670</u>	<u>898 373</u>
Correntes		
Outras dívidas a pagar	28 919 643	27 317 457
	<u>28 919 643</u>	<u>27 317 457</u>
	<u>29 232 313</u>	<u>28 215 831</u>

Na rubrica de outras dívidas a pagar encontram-se registados os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respetiva segurança social), no valor total de 10.836.037 euros (2017: 10.655.882 euros), assim como os acréscimos de gastos do negócio da Nespresso referentes ao período de 2018 no montante de, aproximadamente, 4.545.591 euros (2017: 5.339.384 euros). Estão também registados 1.465.001 euros (2017: 1.809.297 euros) referentes a energia, serviços de consultadoria e transporte e ainda 2.119.423 euros (2017: 2.130.313 euros) referentes a royalties. Registou-se também um accrual de marketing no montante de 2.797.971 euros (2017: 1.027.583 euros).

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	67 074 539	64 400 671
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	10 163 336	9 095 840
	<u>77 237 876</u>	<u>73 496 511</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

		2018	2017
		Montante Utilizado	Montante Utilizado
		Corrente	Corrente
Outros empréstimos obtidos:	Entidade financiadora		
Cash Pooling	Nestlé Espanha	19 569 684	32 427 629
		<u>19 569 684</u>	<u>32 427 629</u>
		<u>19 569 684</u>	<u>32 427 629</u>

A Partir de Outubro de 2010 a Nestlé Portugal, juntamente com todas as demais Sociedades do grupo Nestlé em Portugal, adotou o sistema Cash Pooling. Desta forma a sociedade apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado. (Nota 5)

O montante referente ao cash-pooling vence juros mensais à taxa Euribor a 1 mês acrescido de um spread de 0.43%, já incluindo 0,05 % a título de custos de gestão sendo que não existe maturidade definida.

21 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Venda de bens	488 699 546	478 051 502
Prestação de serviços	5 754 890	6 400 074
	<u>494 454 435</u>	<u>484 451 576</u>

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("Net Net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As vendas de bens cresceram cerca de 2%, devido aos negócios de Nespresso, Purina Petcare, Cafés e Ambient Diary.

A redução verificada na prestação de serviços foi influenciada na sua maioria por serviços que passaram a ser prestados por outras sociedades do grupo.

22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rédito relativo a subsídios à exploração reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

2018:

Subsídio	Saldo Inicial 2018	Subsídio 2018	Montante recebido em 2018	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	103 500	-	103 500	-	-
	<u>103 500</u>	<u>-</u>	<u>103 500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2017:

Subsídio	Saldo Inicial 2017	Subsídio 2017	Montante recebido em 2017	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	117 688	111 321	125 509	103 500	111 321
	<u>117 688</u>	<u>111 321</u>	<u>125 509</u>	<u>103 500</u>	<u>111 321</u>

Em 2018 não registamos qualquer subsídio, porque a sociedade Prolacto – Lacticínios de S. Miguel, S.A. que era detida a 100% pela Nestlé Portugal, S.A. foi vendida a 09 de abril de 2018.

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Subcontratos	2 146 776	1 967 373
Serviços especializados -Trabalhos especializados	15 135 699	13 654 181
Serviços especializados -Publicidade e propaganda	41 095 411	43 768 896
Serviços especializados - Vigilância e segurança	541 198	534 017
Serviços especializados - Honorários	344 854	687 505
Serviços especializados - Comissões	199 565	198 338
Serviços especializados - Conservação e reparação	3 660 706	3 703 572
Serviços especializados - Outros	7 547	31 560
Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	561 191	586 465
Materiais - Livros e documentação técnica	44 397	60 196
Materiais - Material de escritório	191 866	158 395
Materiais - Artigos para oferta	244	570
Materiais - Limpeza, higiene e conforto	17 397	53 473
Materiais - Laboratório	17 956	62 955
Materiais - Outros	278 130	253 100
Energia e fluidos - Electricidade	2 417 313	2 341 228
Energia e fluidos - Combustíveis	1 487 112	1 399 408
Energia e fluidos - Água	362 242	439 664
Energia e fluidos - Outros	2 452 630	2 286 256
Deslocações e estadas	2 487 666	2 675 341
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	9 212 694	9 774 916
Serviços diversos - Rendas e alugueres	6 182 213	6 939 834
Serviços diversos - Comunicação	808 878	891 298
Serviços diversos - Seguros	762 959	733 696
Serviços diversos - Royalties	25 408 099	24 342 931
Serviços diversos - Contencioso e notariado	60	-
Serviços diversos - Despesas de representação	127 274	133 699
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	497 397	476 587
Serviços diversos - Outros	10 176 283	8 936 468
	<u>126 625 757</u>	<u>127 091 921</u>

Os gastos com publicidade e propaganda incluem despesas com "media" aproximadamente 7.600.000 euros (2017: 8.109.000 euros), atividades no ponto de venda 10.100.000 euros (2017: 10.600.000 euros), patrocínios 4.900.000 euros (2017: 4.000.000 euros), bem com publicidade do negócio Nespresso no montante de 5.300.000 euros (2017: 6.800.000 euros).

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	49 211 806	48 981 007
Benefícios pós-emprego	1 685 828	1 699 631
Indemnizações	538 131	578 343
Encargos sobre remunerações	11 565 830	10 992 864
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	371 241	375 757
Gastos de ação social	2 506 219	2 622 950
Outros	6 229 522	5 594 932
	<u>72 108 578</u>	<u>70 845 484</u>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 1766 (2017: 1839).

Neste número médio foram considerados apenas os colaboradores da Prolacto referente ao período em que efetivamente pertenceram ao grupo (3 primeiros meses).

O aumento de gastos com o pessoal é justificado essencialmente pela variação das rubricas "Remunerações do pessoal" e "Encargos sobre remunerações", que foram influenciadas maioritariamente pelos aumentos salariais.

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Outros rendimentos suplementares	5 523 710	5 949 021
Recuperação de dívidas a receber	35 338	11 318
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	661 400	1 318 365
Outros	1 210 972	1 166 631
	<u>7 431 420</u>	<u>8 445 335</u>

A variação desta rubrica deve-se na sua maioria à diminuição das diferenças de cambio favoráveis.

26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Impostos	325 213	884 401
Dívidas incobráveis	276 019	161
Perdas em inventários	1 096 161	905 996
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	404 536	172 271
Outros	6 574 291	6 428 117
	<u>8 676 220</u>	<u>8 390 946</u>

Na rubrica Outros encontram-se registados gastos com donativos, quotizações, gastos com ofertas e amostras de inventários e diferenças de câmbio desfavoráveis, nos montantes de 442.699 euros (2017: 284.195 euros), 86.369 euros (2017: 88.091 euros), 3.674.390 euros (2017: 2.950.000 euros) e 941.077 euros (2017: 271.361 euros) referentes a 2018.

27 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Activos fixos tangíveis (nota 6)	12 656 188	13 044 949
Intangíveis (nota 8)	218 200	217 920
	<u>12 874 388</u>	<u>13 262 869</u>

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Financiamentos bancários	111 127	109 724
Financiamentos obtidos de associadas e entidades conjuntamente controladas	500	12 685
Outros Financiamentos	31 126	85 660
	<u>142 753</u>	<u>208 069</u>
Outros gastos de financiamento	51 338	52 409
	<u>194 091</u>	<u>260 478</u>

O decréscimo desta rubrica deve-se à diminuição do gasto com juros relativos ao Cash Pooling. Nesta rubrica estão incluídos os juros referentes aos gastos financeiros com o fundo de pensões.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Outros	259	939
	<u>259</u>	<u>939</u>

Os juros registados nesta rubrica são referentes a juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2018	2017
Até 1 ano	4 207 853	4 153 101
Entre 1 ano e 5 anos	7 328 614	7 130 687
	<u>11 536 467</u>	<u>11 283 788</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2018	2017
Pagamentos mínimos	4 669 548	3 179 881
	<u>4 669 548</u>	<u>3 179 881</u>

Locações financeiras

Os valores presentes dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2018	2017
Até 1 ano	294 132	364 899
Entre 1 ano e 5 anos	628 791	835 624
	<u>922 924</u>	<u>1 200 523</u>

30 PARTES RELACIONADAS

O Grupo é detido em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano 2018:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	48 259 642	182 413	3 973 650	114 724	17 895 716	874 995	1 494 746	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	18 120 611	-	-	-	10 598 958	-	5 233 890	-
Outras partes relacionadas	121 028 838	17 878	9 224 493	-	35 959 924	2 930 999	1 355 565	25 408 192
	<u>187 409 091</u>	<u>200 290</u>	<u>13 198 143</u>	<u>114 724</u>	<u>64 454 598</u>	<u>3 805 994</u>	<u>8 084 200</u>	<u>25 408 192</u>

Ano 2017:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	48 492 133	4 359 717	119 816	19 233 887	940 794	2 677 174	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	19 447 121	-	-	10 953 675	-	5 786 639	-
Outras partes relacionadas	115 003 496	7 496 368	-	35 099 498	2 495 189	1 043 085	24 342 931
	<u>182 942 750</u>	<u>11 856 085</u>	<u>119 816</u>	<u>65 287 060</u>	<u>3 435 983</u>	<u>9 506 897</u>	<u>24 342 931</u>

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2018:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	2 917 852	799 312	3 717 164	6 448 626	19 569 684	26 018 311
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1 884 955	-	1 884 955	1 621 260	-	1 621 260
Outras partes relacionadas	6 894 120	-	6 894 120	16 058 208	-	16 058 208
	<u>11 696 927</u>	<u>799 312</u>	<u>12 496 239</u>	<u>24 128 094</u>	<u>19 569 684</u>	<u>43 697 778</u>

Ano 2017:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	2 658 706	147 869	2 806 575	7 238 796	32 427 629	39 666 425
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1 327 472	-	1 327 472	1 988 003	-	1 988 003
Outras partes relacionadas	6 889 223	-	6 889 223	11 362 602	-	11 362 602
	<u>10 875 401</u>	<u>147 869</u>	<u>11 023 269</u>	<u>20 589 401</u>	<u>32 427 629</u>	<u>53 017 030</u>

A Nestlé Portugal, S.A. pagou à Nestlé Espanha referente ao Ano de 2017, dividendos no montante de 17.500.000 euros (ver Nota 16).

31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Art.º 508-F do código das sociedades comerciais:

- Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;
- Os honorários totais faturados no período findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 70.750 euros sendo detalhados conforme se segue:

Tipo de serviços	Honorários faturados	
	2018	2017
Revisão legal das contas anuais	56 900	70 750
	<u>56 900</u>	<u>70 750</u>

Informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

As garantias prestadas a terceiros à data de 31 de dezembro de 2018 no montante total de 1.810.114 euros são as seguintes:

Garantia	Entidade Bancária	Montante
Alfandega	BPI	30 000
Instalações arrendadas	BPI	340 427
Autoridade tributária	BST	992 822
Processos judiciais em curso	BST	249 319
Concursos	BST	197 546
		<u>1 810 114</u>

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão a 21 de maio de 2019.

Não foram recebidas outras informações após a data do balanço que alterassem as condições à data do balanço.

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Gerência
Jacques Alexandre Reber
Paolo Fagnoni
Carla Duarte Parreira
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras